



IVAN RIBEIRO E A “VIA PRUSSIANA” NO MUNDO RURAL BRASILEIRO

AIMAN JORGE HENRIQUE FRANCO*

O presente trabalho tem por objetivo apresentar resultados parciais de pesquisa, em andamento no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria, ao nível de Mestrado, que visa problematizar a aplicação da categoria de “via prussiana” como chave heurística para a compreensão do processo de modernização da formação social brasileira.

Acreditamos que tal discussão tem importância na medida em que pode servir de bilhete de entrada para um debate mais amplo e que nos parece fundamental – aquele que trata do processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil. A nosso ver, este é uma questão que, apesar de já contar com extensa literatura, encontra-se ainda em aberto; e que nos parece inescapável, pois sem a correta compreensão dos processos históricos de transformação da nossa sociedade, não podemos realizar uma análise efetiva do tempo presente ou construir os instrumentos necessários para *transformá-la*.

Em nossa pesquisa, tínhamos inicialmente a proposta de levantar e produzir uma síntese de *toda a literatura* que se utilizou da categoria de “via prussiana”, enquanto chave heurística para a compreensão do processo histórico brasileiro. Como foi se tornando claro, na medida em que iniciamos a pesquisa, este era um objetivo inatingível em uma dissertação de mestrado. Decidimos, assim, apresentar um recorte sobre dois autores, que nos permitissem uma abordagem concisa do tema e das possibilidades por ele abertas. Buscamos, assim, escolher dois autores que fossem suficientemente significativos desta elaboração, cuja obra fosse densa e com repercussões significativas no campo das Ciências Humanas e Sociais, para que este cotejamento pudesse ser frutuoso. Realizamos assim, a opção pelo estudo da obra de Carlos Nelson Coutinho e de José Chasin.

Carlos Nelson Coutinho, pela repercussão e pelas polêmicas despertadas por sua obra – onde a ideia de via prussiana está conectada às ideias de revolução passiva de Gramsci e de modernização conservadora de Barrington Moore, como base da sua imagem de Brasil. Quanto a Chasin, para além de também ter uma obra significativa, é significativo o fato de ter trabalhado a categoria de “via prussiana” em um marco diferente do de Coutinho, utilizando-a como inspiradora para a elaboração de uma categoria específica, a de “via colonial”.

* Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

Não temos espaço aqui neste seminário para avançar nestas questões, que serão tema de nossa dissertação. Para este Simpósio, elegemos abordar um autor cuja obra também se utilizou da categoria de “via prussiana” e com o qual já travamos contato em outras oportunidades, porém não será objeto de nossa dissertação: Ivan Ribeiro.

Ivan Ribeiro

Ivan de Otero Ribeiro (1936-1987) teve sua vida atravessada por uma opção política fundamental – a militância nas fileiras do Partido Comunista Brasileiro (PCB), ao qual esteve vinculado desde a juventude até a entrada dos anos 1980. Formado em Sociologia, foi poupado das consequências imediatas do golpe de abril de 1964 por um acaso – encontrava-se, àquela altura, estudando na Polônia. Impossibilitado de retornar ao país, seguiu com seus estudos e realizou o doutorado em Economia na Escola de Planificação e Estatística de Varsóvia, onde estudou com economistas como Michal Kalecki² e Oskar Lange³. Da Polônia seguiu para o Chile, àquela altura sob o governo socialista de Salvador Allende, onde trabalhou no planejamento da reforma agrária empreendida pelo governo da Unidade Popular (UP) na condição de funcionário da FAO⁴. Com o golpe de 1973, retornou à Europa, onde trabalhou em Roma até 1979.

Após a anistia, pode finalmente retornar ao Brasil. Sem deixar de lado seu envolvimento político, vinculou-se ao Programa de Mestrado em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), o atual CPDA, tendo inclusive participado da política universitária (SANTOS, 2007). Engajado na luta interna que atravessava o PCB no período, vinculou-se ao grupo “renovador” ou “eurocomunista”, cujas teses influenciaram a política partidária durante aquele período. Paradoxalmente, porém, seus formuladores acabaram afastados dos órgãos dirigentes partidários durante o processo do VII

² Michal Kalecki (1899-1970): economista marxista polonês, destacou-se por seus estudos no campo da macroeconomia. Destacou-se por incorporar críticas à ortodoxia marxista, desenvolvendo ideias próximas àquelas defendidas por Keynes. Na Polônia, influenciou na formação de uma corrente crítica no campo dos estudos econômicos, o que lhe valeu a inimizade dos círculos dirigentes.

³ Oskar Lange (1904-1965): economista marxista polonês, destacou-se nos debates a respeito dos métodos de cálculo econômico em uma economia planificada. Neste sentido, elaborou críticas ao modelo soviético de economia socialista, defendendo o emprego de mecanismos de mercado como reguladores econômicos frente a alternativa da alocação administrativa e a importância do mecanismo de preços. Suas ideias serviriam de inspiração para muitos daqueles que operavam dentro dos regimes socialistas do Leste Europeu a partir de uma perspectiva de autorreforma.

⁴ Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura.

Congresso (1982-84)⁵. Isso levou nosso autor a afastar-se da militância orgânica do PCB, ainda que jamais tivesse rompido os vínculos intelectuais e a afinidade com aquele partido.

Fora do PCB, Ivan foi um dos animadores – junto com outros companheiros derrotados na luta interna – da revista *Presença*, não deixando assim de manter intervenção política. Com o fim do ciclo militar, tornou-se funcionário do primeiro governo da “Nova República”, vinculando-se à concepção e execução do I Plano Nacional de Reforma Agrária⁶ – inicialmente como assessor no Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (MIRAD) e, em seguida, no INCRA. Sua vida política e elaboração teórica viram-se, porém, tragicamente interrompidos em oito de setembro de 1987, quando foi vítima de um acidente aéreo no Sul do Pará que liquidou toda a equipe dirigente do MIRAD, entre os quais o ministro Marcos Freire⁷.

Como pode-se perceber a partir de suas vinculações profissionais, o pesquisador Ivan Ribeiro teve como preocupação principal a análise do chamado “mundo rural brasileiro”. Refletiu, em sua obra, a incorporação de leituras teóricas com as quais obteve contato durante o longo exílio, bem como as reflexões propiciadas a partir de seu contato com o “socialismo

⁵ O VII Congresso do PCB foi convocado pelo Coletivo Nacional de Dirigentes Comunistas (nome então assumido pelo Comitê Central após seu retorno ao Brasil, tendo em vista ser o PCB um partido ilegal e a preocupação da direção em não violar os termos de sua “legalidade consentida”) e teve suas teses publicadas em 1981, no auge do conflito entre este e o ex-secretário-geral Luís Carlos Prestes. Em 1980, após retornar ao Brasil, Prestes – cujas posições já encontravam-se em minoria nas reuniões realizadas pelo Comitê Central no exílio – rompera espetacularmente com a direção, divulgando um documento crítico, sua “Carta aos Comunistas”. Neste contexto, o grupo “renovador” – de forte implantação intelectual – operou em aliança com a maioria do CC – verdadeira “dona” do aparato partidário –, contribuindo para a reorganização do Partido e para a renovação de sua política, tal como se reflete nas “Teses” (CNDC, 1981) e também no seu papel na organização do novo jornal do Partido, *A Voz da Unidade*. Vencida a luta política contra o “prestismo”, porém, a direção passou a afastar os “renovadores” de suas posições, além de travar a renovação então iniciada da política partidária. Isso levou o grupo a afastar-se paulatinamente do PCB, ainda suas ideias repercutissem internamente durante todo o período de crise que marcará o trânsito da festejada legalização (1985) ao fim do PCB (1992). Quanto à duração do Congresso (1982-84), isso deveu-se à invasão policial que impediu a sua realização ordinária, em dezembro de 1982, o que fez com que as resoluções congressuais fossem sendo formatadas a partir de consultas da direção durante o ano de 1983 – até, finalmente, sua publicação em 1984 (PCB, 1984).

⁶ O I Plano Nacional de Reforma Agrária da Nova República – decorrência do compromisso assumido pela candidatura Tancredo Neves no contexto da Aliança Democrática – foi anunciado pelo Presidente José Sarney no IV Congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), em 1985. Ambicioso, o Plano foi elaborado por uma equipe de assessores engajados no estudo da questão agrária e se propunha a operacionalizar as possibilidades de reforma instituídas – mas nunca concretizadas – pelo Estatuto da Terra, editado pelo Presidente Castello Branco em 1964. O estudo de sua história – e de seu fracasso – é bastante instrutivo quanto às esperanças e frustrações suscitadas pelo primeiro governo civil pós-1964. Para maiores detalhes, v. SILVA, 1987.

⁷ Cabe notar que a sequência dos ocupantes do MIRAD nos parece também relevante para uma análise quanto aos rumos do governo Sarney. Enquanto o período de 1985 a 1987 viu ministros comprometidos com a causa da Reforma Agrária (Nelson Ribeiro, Dante de Oliveira e o próprio Marcos Freire), o acidente de 1987 serviu de pretexto para a ascensão de Jader Barbalho e, ato contínuo, a extinção do INCRA, seguida, dois anos depois, da extinção do próprio MIRAD.

real na Polônia” e com a experiência chilena de uma “via democrática” ao socialismo. E notabiliza-se – a partir de nossa perspectiva – pelo emprego pioneiro do conceito de “via prussiana” como uma das bases para a crítica das interpretações que questionavam a existência de um processo de modernização do campo durante o período ditatorial aberto com o golpe de abril.

Se Ribeiro não foi o primeiro a empregar a ideia de via prussiana, a associação realizada por ele e outros autores de seu grupo intelectual entre o processo de transição ao capitalismo por esta via e suas consequências políticas certamente o diferencia de interpelações anteriores. Assim, Ivan Ribeiro destaca-se por ter sido aquele autor cuja incorporação conceitual deu-se de modo explicitamente vinculado à formulação original da categoria de via prussiana por Lenin.

Ora, em outra oportunidade tivemos a possibilidade de examinar as origens do conceito de via prussiana (FRANCO, 2016). Nos parece que é válida a habitual atribuição desta categoria a Lenin, que a formula no debate dos processos de transformação capitalista no campo russo. Grosso modo, podemos dizer que Lenin elabora a possibilidade de duas “vias de transição ao capitalismo”: uma pautada pela transformação lenta da grande propriedade, o que assegura a manutenção da posição social dos grandes proprietários (*junker*) na medida em que os traços feudais são conservados no novo modo de produção social; e outra pautada pela transformação revolucionária, que liquida os traços feudais e a grande propriedade, sendo o novo modo de produção produto de desenvolvimento da livre propriedade camponesa.

Esta conceptualização pode parecer reiterativa, porém é importante para estabelecer com precisão a referência lenineana – outros autores (como, por exemplo, Coutinho) quiseram estabelecer em Lenin uma equalização entre “via prussiana” e a ideia de “revolução pelo alto”. Em nossa dissertação, acreditamos ter estabelecido que esta associação não corresponde à letra do texto de Lenin. Reflete, na verdade, a associação de tal conceito com as leituras de Gramsci e de Moore e, em uma elaboração que necessita ser problematizada, a incorporação da obra de György Lukács.

Quando olhamos para a obra de Ribeiro, sua referência é claramente a letra de Lenin. Não é casual que Ribeiro empregue o conceito em sua fonte original – o problema da transição ao capitalismo no campo. É desta forma que o autor estabelecerá a conexão da ideia de via prussiana com a leitura do livro III do “Capital”, na qual Marx menciona nas “duas vias

de transição do modo feudal de produção”. Vejamos, portanto, a citação presente na obra de Ribeiro:

a) o produtor torna-se comerciante e capitalista, é esse o caminho verdadeiramente revolucionário; e b) o comerciante estabelece o controle direto sobre a produção: mesmo sendo historicamente um elemento progressista, esse caminho não pode, por si só, contribuir para a superação do antigo modo de produção, e, mais que isso, tende a conservá-lo como uma pré-condição. (MARX *apud* RIBEIRO, 1988, p. 58)

Ao operar esta aproximação, podemos perceber que Ribeiro segue a leitura de Takahashi, presente em sua intervenção no debate a respeito da transição do feudalismo ao capitalismo. Tal como o marxista japonês, estabelece que a “via prussiana”, portanto, assinalaria aquela alternativa marcada pela continuação do desenvolvimento burguês sob a égide da grande propriedade feudal, reproduzindo na prática a segunda via apontada por Marx. Já a “via americana” implicaria o desenvolvimento sob a égide da pequena exploração camponesa pelo caminho revolucionário, tal como na primeira via presente em *O Capital*. Retornamos ao texto de Ribeiro:

os dois caminhos de evolução agrária burguesa apontados por Lênin – a “via prussiana” e a “via americana” – estão de certo modo relacionados com as duas vias gerais especificadas por Takahashi. A via prussiana representa a possibilidade de continuação do desenvolvimento de tipo burguês sob a égide da grande propriedade feudal, que se torna gradualmente mais burguesa e substitui pouco a pouco os procedimentos feudais por procedimentos burgueses. A “via americana” implica o desenvolvimento de tipo burguês sob a égide da pequena exploração camponesa, pelo caminho revolucionário, eliminando do organismo social essa “excrecência” representada pelos grandes proprietários feudais, para em seguida se desenvolver livremente, seguindo o caminho da exploração capitalista. (RIBEIRO, 1988, p. 58-59)

Ainda neste raciocínio, Ribeiro defende a aproximação entre a lógica de desenvolvimento do capitalismo no campo e sua projeção política – aproximação esta que Takahashi também realizou. Ora, se como dissemos anteriormente não vemos na elaboração clássica de Lenin esta significação de “via prussiana” enquanto um processo de transformações políticas pelo alto, quer nos parecer que Ribeiro empreende aqui uma aproximação entre a elaboração de Lenin em *O Programa agrário da socialdemocracia na primeira Revolução Russa de 1905-1907* e aquela formulada em outro texto clássico, *Dois táticas da socialdemocracia na Revolução Democrática*. Desta forma, podemos dizer que Ribeiro não opera ao arrepio de Lenin, mas sim articula uma compreensão política

diferenciada a partir de indicações presentes na obra do revolucionário russo. Analisemos, assim, as consequências deste raciocínio.

Inovação teórica e consequência política

Analisando o processo de mudanças no campo brasileiro – e, na verdade, em quase toda a América Latina – Ribeiro verá estes processos como sendo realizados sob a égide da “via prussiana”, ou seja, um processo de modernização que se dá com a transformação do grande latifúndio – e não com sua erradicação. Vejamos:

“As particularidades da América Latina adquirem maior nitidez quando observamos a circunstância de que, no Continente, a evolução do capitalismo na agricultura (com exceção do México) seguiu um caminho aproximado da via prussiana” (RIBEIRO, 1988, p. 162)

Queremos reforçar que vemos aqui o elemento de diferenciação de Ribeiro frente a outros intelectuais que operaram com esta mesma chave heurística – já que Ribeiro está empregando a noção lenineana no estudo do problema para a qual ela foi formulada, o problema agrário. É assim que queremos crer que a obra de Ribeiro merece uma melhor valoração, pois seu uso cuidadoso da categoria de via prussiana lhe permitiu uma compreensão nova – e, a nosso ver, prenhe de indicações válidas – para a compreensão do processo de desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro. Se é certo que, ao fim do ciclo autocrático burguês aberto em 1964, tornara-se inegável a ocorrência de um processo de modernização do campo que dispensou uma reforma agrária redistributiva – tal como afirmou Ribeiro – isso não quer dizer que sua leitura não seja ainda fonte de polêmicas – como, por exemplo, a de estabelecer a partir de qual base econômico social (feudal, semifeudal, capitalista) operou-se este desenvolvimento.

Queremos ainda apontar, porém, que a noção de via prussiana serviu para Ribeiro como um meio de questionar a interpretação até então hegemônica de que um processo de modernização do campo seria inviável sem uma ruptura revolucionária – sem a quebra do latifúndio. Quebra-se, assim, a visão de que o regime implantado em 1964 seria inerentemente recessivo. Na verdade, o mesmo foi capaz de produzir um processo “modernizador”, desenvolvendo as forças produtivas e elevando o capitalismo no Brasil um novo estágio. Isso colocaria aos comunistas um desafio tanto teórico quanto político: o de readequar sua

estratégia revolucionária num momento em que as tarefas em atraso da revolução democrático-burguesa não impediram o pleno desenvolvimento do capitalismo e a sua transição ao estágio “monopolista de Estado”⁸.

Aqui precisamos realizar uma aceleração do raciocínio, devido ao limite do tempo e do espaço desta intervenção. A elaboração de Ribeiro, tal como a de Coutinho nestes tempos – leia-se o clássico ensaio “A democracia como valor universal”, de 1979 (COUTINHO, 1980) – está influenciada pela teoria do Capitalismo Monopolista de Estado de Paul Boccara (1978), não isenta de polémicas mesmo no campo marxista. Neste contexto, o desenvolvimento do capitalismo produzido sob o regime de 1964 havia, paradoxalmente, “resolvido” o problema do desenvolvimento econômico colocado no pré-1964. Não faria sentido, assim, a permanência da estratégia de uma revolução antifeudal e anti-imperialista – uma revolução “nacional” – quando o desenvolvimento burguês já fora viabilizado, ainda que de modo subordinado. O desenvolvimento capitalista operado pela via prussiana havia posto, portanto, como ponto central da estratégia revolucionária, a democratização da vida nacional em compasso com o desenvolvimento capitalista já alcançado – e não o reverso.

Há, aqui, um desenvolvimento original da linha estratégica proposta pela Declaração de Março de 1958 (PCB, 1980), que via no desenvolvimento do capitalismo um vetor para a implantação de mecanismos democráticos. Agora, já estabelecido o desenvolvimento capitalista – a base estrutural – havia de se produzir um desenvolvimento compatível na “superestrutura” política. A reversão, assim, do “prussianismo” (expressão cara a Carlos Nelson Coutinho), implicaria no estabelecimento de uma democracia de massas – via para uma estratégia democrática de transição ao socialismo no Brasil.

Como entra aqui a preocupação de Ribeiro? A reforma agrária aqui é entendida pelo autor não como condição para o desenvolvimento econômico, mas como sendo um vetor de expansão da democracia. E é a *democratização* da vida nacional que é entendida, como afirmado anteriormente, como ponto central de uma estratégia socialista no Brasil contemporâneo. Se no contexto da “abertura” o problema da democracia esteve presente em diversas leituras e estratégias políticas, a forma como esta questão se manifesta, sua resolução – enfim, seu lugar nesta estratégia – não foi de modo algum unânime. E aqui temos de mencionar a influência das teses políticas “italianas” (em especial a leitura de Gramsci sob o

⁸ Quanto a esta relação e suas implicações para o pensamento de Ivan Ribeiro, note-se o *filó vermelho* que une as preocupações de “A agricultura e o capitalismo no Brasil” (RIBEIRO, 1988), cuja publicação original é de 1975, e “Esquerda: renovação ou gueto?”, de 1984 (Ibid).

viés berlingueriano) sobre o pensamento de Ivan Ribeiro – que refletem, na verdade, a elaboração daquele grupo que viria a ser tachado de “eurocomunista”. Grosso modo, a resolução das tarefas democráticas passaria por um “compromisso histórico”, amplo, que possibilitaria o estabelecimento da democracia de massas sem uma ruptura – numa concepção, assim, de revolução processual. Não temos aqui o tempo necessário para nos alongar nesta explanação – que esperamos ter a oportunidade de realizar em debates futuros – mas essa compreensão tem um impacto crucial para compreendermos as opções políticas realizadas por Ivan Ribeiro e seu engajamento na “possibilidade reformista” aberta pelos governos da Nova República.

Finalmente, cabe apontar como o paradigma teórico da via prussiana será empregado de modo generalizado por aqueles que realizaram esta incorporação das ideias eurocomunistas no Brasil – e, portanto, como esta translação de compreensão teórica para estratégia política operou-se não só em Ivan Ribeiro. O estudo desta conexão em outros autores – que será objeto de nossa dissertação – certamente contribuirá também para iluminar a operação teórica realizada por este autor. Acreditamos, porém, ser relevante relembrar a obra de Ribeiro – não só como homenagem ao pesquisador, militante e figura humana, mas em especial porque sua obra, tão maltratada na “academia”, nos parece, ainda hoje, revelar uma vitalidade inexplorada.

Bibliografia consultada

BOCCARA, Paul. **Estudos sobre o capitalismo monopolista de Estado**: sua crise e solução. Lisboa: Editorial Estampa, 1978.

CNDC. **Teses para um debate nacional de comunistas pela legalidade do PCB**. Curitiba: Juruá, 1981.

COUTINHO, Carlos Nelson. **A democracia como valor universal**: notas sobre a questão democrática no Brasil. São Paulo: Ciências Humanas (LECH), 1980.

FRANCO, Aiman Jorge Henrique. Lenin, Lukács e as origens da categoria de “via prussiana”. In: **Ensino, Direito e Democracia: anais**. XIII Encontro Estadual de História – ANPUH-RS. Santa Cruz do Sul, 2016.

PCB. Declaração sobre a política do Partido Comunista Brasileiro. In: _____. **PCB: vinte anos de política 1958-1979** (documentos). São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1980.

____. **Uma alternativa democrática para a crise brasileira.** São Paulo: Novos Rumos, 1984.

RIBEIRO, Ivan de Otero. **Agricultura, democracia e socialismo.** São Paulo: Paz e Terra, 1988.

SANTOS, Raimundo. **Agraristas políticos brasileiros.** Brasília: Fundação Astrogildo Pereira, 2007.

SILVA, José Gomes da. **Caindo por terra: as crises da Reforma Agrária na Nova República.** São Paulo: Busca Vida, 1987.